

METODOLOGIA DA HISTORIOGRAFIA DE CÉSAR

Paulo Roberto Souza da Silva*

RESUMO: Um enquadramento das obras de Caio Júlio César, os Comentários sobre a Guerra das Gálias e a Guerra Civil, dentro das características do então incipiente gênero historiográfico em Roma, requer um estudo comparativo tanto da metodologia da historiografia, enquanto discurso científico, quanto da sua apresentação, enquanto gênero literário. Uma apreciação seguindo os princípios e os procedimentos da retórica revela processos de justificação e veridicção apreciáveis pela moderna semiótica. O encobrimento dos processos retóricos conduz, pela pragmática, a axiomas que se situam aquém do texto, dando a impressão de imparcialidade. Essas formações ideológicas explicam o uso da historiografia como propaganda.

Palavras-chave: Historiografia Romana, Metodologia, Caio Júlio César.

INTRODUÇÃO

A historiografia na Antiguidade, enquanto fenômeno literário, nos remete a dois aspectos imediatamente: sua gênese e sua intencionalidade. Na sua gênese, a historiografia é o relato de uma pesquisa histórica, está, portanto, no fim de um processo cuja metodologia este relato traz como marcas genéticas, patentes ou latentes. Sua intencionalidade, que também pode ser patente ou latente, pode ser determinada em paralelo com outros tipos de discurso concomitantes, tais como o discurso épico, o trágico, o lírico, o retórico etc.

* Doutorando pela UFRJ, bolsista da CAPES.

Pela análise da narratividade, pode-se mergulhar nas camadas do texto, desvelando a retórica como eixo metodológico da historiografia antiga e, por este eixo, atar o texto a uma ideologia que o circunscreve. Este processo visa a ligar dois planos paralelos: o do texto e do contexto.

DIALÉTICA TEXTO-CONTEXTO

A oposição entre o plano do texto e do contexto não se encontra, como se poderia conceber apressadamente, entre o concreto e o abstrato. Toda pesquisa histórica afirma algo que o relato historiográfico pode, por vezes, encobrir: que o dito *mundo concreto* é, na verdade, uma trama de códigos, por vezes concorrentes, por vezes paralelos, a que Eco chama “Campo Semântico Global” e a que Greimas chama “Semiótica do Mundo Natural” Eco chama atenção para a “recursividade semântica infinita”¹ que, invariavelmente, leva a uma “semiótica ilimitada”² que acaba, assim, englobando toda a cultura. Tanto um autor quanto o outro deixa claro que o que se tinha por *referente extralinguístico* não existe, já que toda noção de mundo cria um significante, e automaticamente, um significado.

A oposição entre texto e contexto seria, então, entre dois códigos ou duas semióticas, a primeira sendo contida pela segunda. Mas, considerando-se as implicações de se definir *contexto* em termos científicos, preferimos considerar que a oposição se dá, de fato, entre um código, definido, pois que escrito, e um feixe de códigos em constante mutação, do qual o historiador tem apenas uma imagem.

Se concebermos que a História contém a cultura – e a literatura, conseqüentemente – e a cultura contém a historiografia, fica claro a necessidade de uma ponte entre os sujeitos, o que faz a História, o que escreve e o que lê. A historio-

¹ Eco (1976), p 110.

² *Idem. ibidem*, p 111.

grafia, enquanto prática, encontra aí o seu nicho. Para ligar estes três sujeitos concretos, a historiografia precisa se lançar pelo espaço abstrato da linguagem, criando nós de sentido. Mas a prática mostra que a denotação é um desafio tanto mais difícil quanto *menos complexo parece ser*. Por um lado, a historiografia se apoia numa história do discurso: todos os nós de sentido anteriormente criados pelo uso social da linguagem formam a base para toda a inovação; e o discurso histórico, enquanto visa metodologicamente à denotação, é uma inovação, ao encarar criticamente a opacidade do campo semântico.

Mas o campo semântico não está apenas repleto de ruído, mas também de forças motivadas que desviam as mensagens; estas forças são a manifestação, na linguagem, de fenômenos sociais concretos. O constante conflito que é a sociedade enquanto totalidade se reflete em ideologias concorrentes pela hegemonia no campo semântico³. Assim como o conflito é condição natural de todo grupo social, a contradição, isto é, a impossibilidade de uma denotação estrita, é condição fundamental de toda semiótica⁴. E uma denotação refratada é a gênese da ideologia.

HISTÓRIA DA HISTÓRIA

A gênese da História está numa metodologia que tem a verdade como fim⁵. Sendo a historiografia a concretização, enquanto relato, da produção de conhecimento na pesquisa histórica, o reflexo, no texto, da disposição crítica da História é ter-se a denotação como fim. A história em Heródoto se define em uma pesquisa; e a escrita da História é a busca por recriar uma experiência. O historiador visa, então, a se apro-

³ Cardoso (1988), p. 84.

⁴ Eco (1976), p. 258.

⁵ cf. Aristóteles, *Poética* IX, 2.

priar de uma experiência passada e transportá-la para o leitor. A denotação, então, se define pela tentativa de recriação de uma realidade concreta por meio da linguagem.

Assim, a denotação é o exercício da função referencial da linguagem. Mas, é essencial lembrar, a referência não se dá entre um signo e o referente externo, mas entre um signo verbal e outro do Mundo Natural. Este campo é aquele espaço de signos onde todos os sujeitos devem se estabelecer para se afirmarem enquanto sujeitos conscientes e cognoscíveis. Portanto, a experiência humana é convertida em algo legível e, posteriormente, relatável. O trabalho do historiador se estabelece dentro da linguagem, apesar de fugir dela em busca do concreto, reconhece-o apenas em suas representações.

Desde sua gênese, a História, pesquisa, e a historiografia, relato, são duas faces de uma mesma coisa. Por isso, o historiador, ao pesquisar, está consciente das coerções da linguagem e assume que lida apenas com fenômenos interpretáveis e não com fatos. Ao escrever, está consciente da necessidade de compor um texto que aponte sempre para fora de si, para a experiência concreta.

A preocupação com a qualidade do texto era, na antiguidade, muito maior do que na história positivista dos séculos XIX e XX; com ela trazia-se a certeza de que de nada adiantavam os catálogos de fatos sem um ordenamento que lhes dirigisse o sentido. A mesma metodologia que dirigia a pesquisa deveria orientar o escrito. Os historiadores antigos certamente estavam tão preocupados com a veracidade do seu relato quanto os de qualquer outra época. A diferença, portanto, reside na metodologia de pesquisa e, atado a esta, no gênero de expressão. Esta diferença metodológica é a que Cícero se refere quando descreve o trabalho do historiador:

Efetivamente, a História está ausente da nossa Literatura, (...) Com efeito, depois dos anais dos pontífices máximos (e não há nada mais aprazível do que eles), se formos até Fábio ou àquele que está sempre na tua boca: Catão, ou a

Pisão, ou a Fânio ou Venônio – embora, dentre estes, sempre haja um mais vigoroso do que outro – que coisa haverá de mais pobre do que todos eles?⁶

Justamente a falta do método retórico – o que ele chama *ornare* – é o que desqualifica os historiadores romanos das gerações anteriores, tornando-os “pobres” (*exiles*). A historiografia está, para Cícero, como um gênero, e como tal, obedece a convenções e métodos e atende a um fim. Um fim retórico, não poético.

Temos o caso de Tucídides, por exemplo. Por que o historiador incluiria discursos com requinte estilístico baseado em informações verificáveis, mas deixando claro que não se tratava de uma transcrição, mas de uma criação? A pretensão de dizer o que passa na cabeça das personagens é problema que ainda hoje ataca alguns historiadores. Mas, apesar disso, transcrever uma postura ou uma mentalidade num discurso, oferecia a possibilidade de condensar uma gama de discursos esparsos em apenas um e apresentar de maneira coesa informações fragmentárias oferecidas pelas fontes. Cada discurso descrito é, e os leitores disso deveriam saber, um arquidiscorso. Esta atitude, que o levou a ser considerado historiador-orador, é um sintoma de como o processo de disposição do texto historiográfico muito se aproxima da *dispositio* retórica.

METODOLOGIA RETÓRICA

Uma tentativa de contar a história precisa aparelhar-se de um método para diferenciar o que, de fato, aconteceu do que não aconteceu – uma *episteme* empírica -, e um gênero de expressão, uma retórica. A historiografia se filia naturalmente à retórica, pois esta é o meio de se compreenderem os

⁶ Cícero, *De Legibus* I, 5-6.

entimemas, que são o processo para se chegar a conclusões baseadas em premissas hipotéticas: via de regra, este é o único tipo de assertos aos quais o historiador tem acesso. Em outras palavras, como seu objeto não se presta a um estudo exato, a História demanda dos meios da retórica para produzir um discurso científico. O silogismo hipotético é indispensável, se se pretende mais do que apenas uma reportagem de atos. E mais: quanto menos processos lógicos um texto histórico apresentar, mais ele os toma como subentendidos,⁷ portanto, mais espaço se dá à refração ideológica.

Quanto menos um texto descreve um acontecimento, mais ele deixa ao contexto informar. Ora, se é a enunciação enquanto ato, que integra texto ao contexto, podemos dizer que quanto *mais simples* um texto, maior a força informativa depositada no seu “tipo e forma de discurso”⁸ em face da depositada no enunciado propriamente dito. O espaço semântico onde se deixou de dizer algo é preenchido por um conteúdo que o estilo nos fornece. Trata-se, na escritura, de inverter o processo de interpretação, colocado o peso maior da informação não no referente, mas nas informações prévias que se supõem no leitor.

Os quatro processos canônicos da retórica – *inuentio*, *dispositio*, *elocutio* e *pronuntiatio* – dispõem-se tanto em ordem cronológica quando em ordem de composição. O receptor só tem acesso à enunciação enunciada,⁹ mas a partir dela é capaz de entrever os processos componentes. O entendimento desses processos é necessário para a eficiência retórica. Eco¹⁰ dispõe estes processos da seguinte forma:

⁷ Aristóteles, *Retórica* V, 13.

⁸ Bakhtin (1979), p. 28.

⁹ Fiorin, (2001) p. 36.

¹⁰ Eco (1976), p. 234.

RETÓRICA

Invenção		Disposição		
Premissas	Premissas	Entimemas	Entimemas	Esquemas
Prováveis	Prováveis	Explícitos	Ocultos	Gerativos
Explícitas	Ocultas	(retóricos)	(ideológicos)	
(retóricas)	(ideológicas)			

A *pronunciatio* está presa às condições de recepção do texto; para o orador ela consistia em todos os processos de voz e gesto executados na tribuna. Na retórica escrita, ela estava basicamente presa a três fatores:

- As condições de circulação e distribuição do texto: isto é, o alcance efetivo do livro naquela sociedade.
- Os intertextos quase automaticamente gerados. No caso da obra historiográfica, trata-se do acesso que os mesmos leitores poderiam ter a outras fontes sobre o mesmo *narratum*.
- As coerções do gênero: isto é, tudo aquilo que já se espera de antemão de um texto historiográfico. Aqui se entende gênero como idioleto de corrente.¹¹

Esses fatores agindo sobre a *pronunciatio* vão modular a postura do leitor diante da *elocutio*, e, principalmente, vão determinar como o leitor acompanhará os entimemas explícitos e se ele conseguirá ou não desvelar os entimemas ocultos. Pois somente por recursos gerados na enunciação (*pronunciatio*) podem ser ativados estes entimemas. Caímos, então, no problema da hipercodificação:

O gênero historiográfico nos faz esperar, nos *Commentariū* de César, uma série de esquemas gerativos – figuras retóricas – que nos são negados. Toda a série de entimemas que nos ficam ocultos atualiza a máxima “se uma das proposições é

¹¹ Eco (1976), p. 230.

conhecida, não é mister enunciá-la”¹² Esta premissa pode desenvolver uma falácia ou um silogismo hipotético:

α

Premissa maior: se uma das proposições é conhecida, não é mister enunciá-la.

Premissa menor: esta proposição é conhecida.

Conclusão: não é mister enunciá-la.

α'

Premissa maior: se uma das proposições é conhecida, não é mister enunciá-la.

Premissa menor: esta proposição não foi enunciada.

Conclusão: esta proposição *deve ser* conhecida.

α''

Premissa maior: se uma das proposições é conhecida, não é mister enunciá-la.

Premissa menor: esta proposição não foi enunciada.

Conclusão: esta proposição é conhecida.

Onde α é um silogismo, α' é um silogismo hipotético (entimema), e α'' é uma falácia. Trata-se de uma **afirmação do conseqüente**, uma falácia típica descrita por:

Se A, então B. (A'!B)

B.

Logo, A.

Onde A = “esta proposição é conhecida” e B = “esta proposição não deve ser enunciada”

Como se pode notar, dado que a historiografia não trabalha com axiomas, mas somente com hipóteses, a modaliza-

¹² Cf nota 7.

ção das conclusões é indispensável para a validade do relato. Voltamos, portanto, ao domínio da retórica.

Ora, se consideramos a denotação o sentido primeiro que serve de base aos conotativos, estabelecemos que: 1) a determinação de qual é o sentido primeiro e de quais são os secundários é convencional. Consideramos catacrese, justamente, o processo que reduz as propriedades conotativas até neutralizá-las; 2) tal determinação convencional está na interdependência do acordo fiduciário que regula a enunciação; o gênero historiográfico propõe seu próprio acordo e conta, portanto, com esquemas denotativos – ou de diferenciação entre denotação e conotação – específicos.

IDEOLOGIA

O estudo das formações ideológicas não aponta para um psicologismo, um idealismo ou para uma instrumentalização referencial do texto. A ideologia não aponta para fora da linguagem; ela se estabelece entre dois planos semióticos. É Bakhtin quem esclarece:

- O único sujeito da ideologia é o sujeito que se expressa e se compreende: “A consciência só se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico (semiótico) e, conseqüentemente, somente no processo de interação social”¹³
- “O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. Tudo que é ideológico possui valor semiótico.”¹⁴
- “As formas do signo são condicionadas tanto pela organização social de tais indivíduos como pelas con-

¹³ Bakhtin (1979), p. 20.

¹⁴ *idem, ibidem*, p. 18.

dições em que a interação acontece”¹⁵ por outro lado: “é inadequado postular as classes sociais e suas lutas como pertencentes à esfera de uma ‘realidade social’ prévia à sua determinação lingüística”¹⁶ Ora, não existe realidade social aquém da linguagem e, portanto, isenta de ideologia.

A ideologia é incompreensível se não entendemos que ela emana de sujeitos com interesses de classe, que ela se realiza enquanto signo e que ela se instala no corpo social. Pois, o discurso é o fenômeno que ocorre quando um texto é colocado em circulação, integrado ao seu contexto. Para Bakhtin, as instâncias da enunciação e do enunciado nunca estiveram descoladas e, portanto, não há problema na análise sociológica do discurso: não há outra análise do discurso possível.

De fato, a ideologia, enquanto falsa consciência, consiste na transposição imprópria de valores de um código a outro, uma metáfora mal intencionada. Segundo Eco:

Portanto, a retórica, nesta forma, constitui o objeto de uma semiótica da interação conversacional. O principal requisito desse tipo de interação é que as regras de conversação sejam respeitadas; e uma das mais importantes regras de interação é que sejam reconhecidas a parcialidade das premissas e suas reatividades às circunstâncias.

Existem, porém, execuções ‘aberrantes’ (embora raras) do mesmo tipo de interação regulada, que dão origem aos discursos ditos ‘ideológicos’, vale dizer, a todas as formas de propaganda oculta e de persuasão de massa, além de asserções mais ou menos ‘filosóficas’ em que, através de premissas prováveis que definem só uma seção parcial de um campo semântico, se pretende chegar a conclusões que devem ser aceitas como Verdadeiras, cobrindo assim a natureza contraditória do Campo Semântico Global e apresentando o próprio ponto de vista como o único aceitável. Em tais casos, não é relevante que a atitude descrita seja

¹⁵ *idem, ibidem*, p. 30.

¹⁶ Cardoso (1988), p. 64.

deliberada e cinicamente aceita pelo emitente para enganar o destinatário, ou constitua, ao contrário, um caso de auto-ilusão e de parcialidade inconsciente”¹⁷ (grifos do autor)

Dois pontos aqui são de destaque. Primeiro: que a falácia referencial e a ilusão de imparcialidade estão na gênese de “todas as formas de propaganda oculta” Segundo: que a intenção ou consciência do autor acerca de tais falácias não é relevante para a análise do discurso. Portanto, o pensamento do autor só é relevante quando se reverte em *ideologia do sujeito da enunciação*. Este elemento é perfeitamente alcançável pelo estudo da *pronuntiatio*, e este é determinado pelos seus vestígios deixados na *elocutio*. Pois a enunciação é “instância lingüística logicamente pressuposta pela própria existência do enunciado (que comporta seus traços e suas marcas)”¹⁸ “Subjacente ao dito há o dizer que também se manifesta”:¹⁹

Para estimular a atenção do ouvinte e convencê-lo a tirar as conclusões implícitas nas premissas propostas ou pressupostas, deve-se apresentar o discurso de maneira inédita, nutrindo-o com embelezamentos e ‘surpresas’, de modo a oferecer, pelo menos no plano expressivo, uma certa cota de informação fresca. Artifícios ordenados para tal escopo eram, para a retórica clássica, as FIGURAS (tropos, figuras de discurso e figuras de pensamento).²⁰

Na obra de César, é exatamente a ausência desses artifícios que garante a “surpresa”; o não estilo é também um estilo. Tanto mais eficiente quanto mais acostumado o seu esperado destinatário – os senadores e a elite romana – estivesse com esquemas retóricos canônicos. Podemos dizer que, abdicando das figuras de linguagem, César torna suas pre-

¹⁷ Eco (1976), p. 235.

¹⁸ Greimas e Courtès, citado por Fiorin (2001), p. 36.

¹⁹ Fiorin (2001), p. 39.

²⁰ Eco (1976), p. 235.

missas mais aceitáveis, mas também oculta o fato de serem prováveis. No estilo se conjuga uma pretensa simplicidade ao gosto dos antigos anais romanos – a partir da qual não se daria a nenhum evento mais relevo do que a outro, com uma moralização altamente sofisticada baseada em conceitos que suportam a supremacia romana: o patriotismo, a disciplina e a fidelidade do soldado, a *humanitas* e *clementia* do general, a animosidade dos povos bárbaros e a decadência da nobreza senatorial.

O limiar entre a legítima retórica e a ideologia está justamente na ocultação dos processos lógicos. A famosa citação de Cícero deixa claro este processo:

Mas, enquanto quis deixar pronto material para outros escreverem a História, fez talvez obra grata aos ineptos que vão querer dotá-la de excessivos ornamentos, mas desencorajou os sensatos de escrever; nada é realmente mais doce, em História, do que a pura e clara brevidade.²¹

A partir do momento em que César se dispõe a contar retoricamente a história das guerras de modo que seu relato se converta em documento para os futuros historiadores, ele incorre no erro de “apresentar o próprio ponto de vista como o único aceitável” É neste aspecto que sua obra pode ser considerada ideológica. Trata-se da violação do acordo fiduciário em que subjaz toda obra retórica, inclusive a histórica: a admissão da refutação.

CONCLUSÃO

A gênese da historiografia está presa à metodologia de pesquisa histórica, numa relação processo/produto. Sua intenção de transmitir uma verdade a coloca dentro do campo de construção de argumentos da retórica e, por estes fatores,

²¹ Cícero, *Bruto*, 262.

se determinam as normas do gênero. Estes aspectos, somando-se aos processos de produção e circulação do texto historiográfico, condicionam a *pronuntiatio* da historiografia. Pela análise do discurso podemos encontrar os vestígios da enunciação deixados na *elocutio*, o enunciado. O enunciado, visto como *elocutio*, por sua vez, se presta a uma análise da narratividade que segue os processos gerativos de sentido que Greimas define e que se consolidam como a base da crítica semântica da enunciação.

O acompanhamento desses processos na obra de César deve nos ajudar a responder a tais perguntas: como se davam as formações ideológicas na historiografia na Antiguidade? Em que aspectos o estilo de César se distancia das normas do gênero e como se pode relacionar o seu estilo às condições materiais da produção e circulação dos *commentarii*? Por fim, estudando as relações entre a enunciação e o enunciado deve-nos ajudar a poder desvelar as formações ideológicas na obra de César.

BIBLIOGRAFIA

- ARISTÓTELES. *Arte Poética e Arte Retórica*. Trad. de Antônio Pinto de Carvalho. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.
- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Prefácio de Roman Jakobson; apresentação de Marina Yaguello; trad. de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira com a colaboração de Lúcia Teixeira Wisnik, Carlos Henrique D. Chagas Cruz. São Paulo: HUCITEC, 1979.
- CANFORA, Luciano. *Júlio César o ditador democrático*. Trad. de Antônio da Silveira Mendonça. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Ensaio racionalistas*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- CÉSAR, Caio Júlio. *Bellum Ciuile, A Guerra Civil*. Trad., intr. e notas de Antonio da Silveira Mendonça. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.
- _____. *Comentários sobre a Guerra Gálica*. Trad. de Francisco Sotero dos Reis; estudo introdutivo de Otto Maria Carpeaux. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

- CÉSAR. *Guerre des Gaules*. Texte établi et traduit par L. A. Constans. 5^{ème} édition. Paris: Les Belles Lettres, 1954.
- ECO, Umberto. *Tratado Geral da Semiótica*. Trad. de Antônio de Pádua Danesi e Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática, 2001.
- GREIMAS, Algirdas Julien. *Sobre o sentido: ensaios semióticos*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- TORRINHA, Francisco. *Dicionário Latino Português*. 2. ed. Porto: Porto Editora, 1942.